

VOLUME 15 NÚMERO 17

# RESUMO CMI

NOVEMBRO 2016



Foto: Gilson Lázaro

## Pobreza urbana e desigualdade em Luanda, Angola

Este resumo mostra que os pobres da capital angolana Luanda estão, efetivamente, presos numa armadilha da pobreza devido a deficiências materiais e oportunidades limitadas de rendimento. Ao mesmo tempo, os mecanismos informais de proteção social baseados nas obrigações da família alargada, a solidariedade da comunidade e de reciprocidade parecem ter-se erodido. Como disse uma senhora:

*“Nos não temos nada. O rico tem tudo!”*

### AUTORES

Inge Tvedten

Gilson Lázaro

Em colaboração com Nelson Pestana,  
Eyolf Jul-Larsen, Margareth Nangacovie,  
Iselin Åsedotter Strønen e Caludio Fortuna.

Este resumo é do projeto de investigação “Cooperação em Pesquisa e Desenvolvimento em Angola” entre a UCAN/CEIC e o CMI, e o seu subprojecto “Dinâmicas da Pobreza Rural e Urbana”. Baseia-se em dados qualitativos resultantes do trabalho de campo realizado em dois dos bairros na cidade. O estudo tem como objetivo compreender as perceções das pessoas e as dinâmicas da pobreza e do bem-estar.

### Introdução

Luanda é uma das cidades mais dramáticas do continente africano, no que diz respeito à sua história, densidade populacional e desigualdade, estando presentemente a cidade a atravessar o que a população chama “a crise”, situação relacionada com a recente queda abrupta das receitas petrolíferas e com a má governação e com repercussões particulares para os pobres. Alguns dos nossos interlocutores expressam frustração e raiva – mas há também um sentimento da fatalismo.

### O que as dizem os números

As estatísticas relativas à pobreza e bem-estar em Angola e Luanda são raras – e são, geralmente, pouco fiáveis. As três fontes públicas principais são o Inquérito aos Agregados Familiares sobre Despesas e Receitas, realizado em sete províncias, incluindo Luanda (INE 2003); o Inquérito Integrado ao Bem-Estar da População, realizado em todas as províncias – o qual inclui Luanda, no entanto, com uma amostra limitada – (INE 2010); e o Recenseamento Geral da População, que cobriu todo o país, embora com lacunas, devido à inacessibilidade a certas áreas rurais e urbanas – incluindo Luanda (INE 2016).

Em Angola, em termos gerais, a taxa de pobreza rural (57%) é consideravelmente mais elevada do que a taxa de pobreza urbana (19%). Estes dados foram recolhidos ainda antes da rápida deterioração da economia angolana, mencionada acima. As principais razões para a baixa incidência da pobreza urbana que emergem dos dados existentes, são os níveis mais elevados de educação e o melhor acesso ao emprego e aos serviços públicos. Este argumento é, em parte, suportado pelos dados de publicações internacionais, tais como o “Relatório de Desenvolvimento Humano” do PNUD (posicionando Angola em 149.º lugar entre 188 países) e o “Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial” do

Banco Mundial (com Angola na 112.ª posição entre 181 países) – embora com as entradas de Angola, também aqui, caracterizadas por lacunas nos marcadores-chave de pobreza. Os principais dados da pobreza e vulnerabilidade relativos a Luanda, onde a taxa de pobreza foi fixada em 11,5 %, aparecem na tabela abaixo.

O outro lado da pobreza e bem-estar é a desigualdade. Em termos estatísticos, o coeficiente de Gini (medida para representar a distribuição do rendimento dos residentes de uma nação, na qual zero expressa a igualdade perfeita, e um a desigualdade máxima) em Angola, em geral, é 0,532. Isso faz com que Angola seja uma das sociedades mais desiguais do mundo. Em Luanda, esta disparidade/desigualdade expressa-se espacialmente na forma de áreas urbanas formais e nobres (conhecidas como “a cidade” ou “Cidade”) e áreas informais e pobres nas quais, a grande maioria dos habitantes da cidade vive.

### Comunidades

No sentido de obtermos mais informação para o estudo qualitativo das dinâmicas da pobreza urbana em Luanda, escolhemos o bairro de Wenji Maka II no Município de Belas e o bairro do Paraíso, no Município de Cacuaco. Como havia escassa informação relativa aos musseques anteriormente ao estudo (ver acima), estes bairros foram escolhidos principalmente com base nos critérios de acessibilidade e de diferença na localização geográfica (ver mapa).

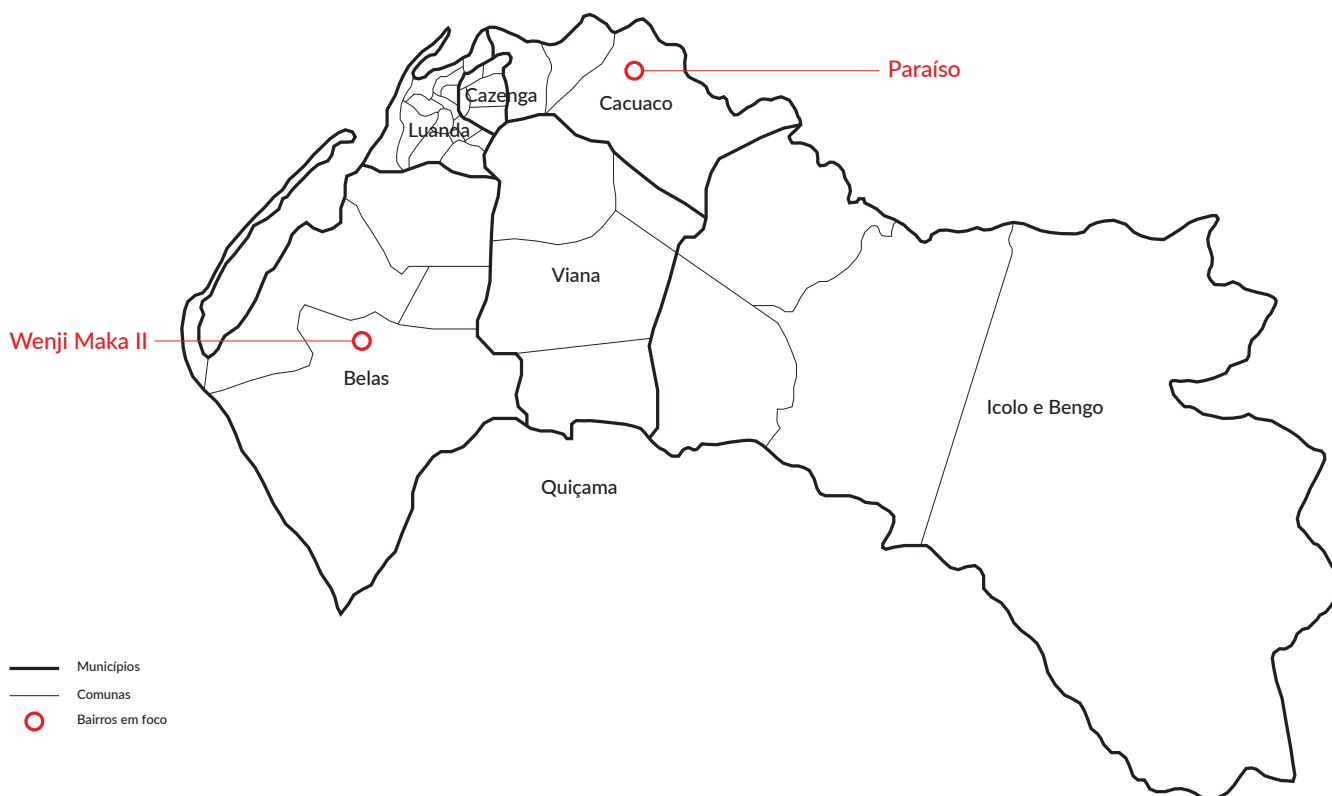
**Wenji Maka II** (que significa “problemas com o comércio”) é uma antiga área agrícola, que foi vendida pela “Associação de Camponeses” local a residentes e migrantes por volta do ano 2003/4, tornando-se um bairro de aproximadamente 22.000 habitantes numa mistura sociolinguística. À exceção dos constantes problemas com estradas e carreiros esburacados e sujos, das inundações e do lixo, a impressão imediata é de uma comunidade relativamente bem organizada, com casas de tijolo

Luanda	2000/01	2008/09	2014/2015
Incidência de pobreza <sup>1</sup>	-	11,5	-
Intensidade de pobreza <sup>2</sup>	-	2,4	-
Grau de pobreza <sup>3</sup>	-	0,8	-
Dimensão do agregado familiar	6,4	5,4	4,7
Taxa de dependência	97/100	87/100	-
Ratio homem/mulher	95/100	92/100	96/100
Participação no mercado de trabalho (%)	64	60	35
Habitacões com materiais inadequados (%)	53	69	71
Acesso a água potável (%)	38	51	47
Acesso a telemóveis (%)	3	80	54
Frequência escolar 6-17 anos (%)	55	71	91
Taxa de mortalidade infantil /1000	204	194	-

**Tabela 1:**  
Caraterísticas do Estado Social  
em Angola e Luanda.  
Fonte: INE (2013 e 2016)

- 1 O Índice de Incidência da Pobreza dá a percentagem de pobres na população total, ou seja, mede a percentagem da população cujo consumo está abaixo da linha de pobreza. Não leva em conta o quão perto ou longe os níveis de consumo dos pobres estão em relação à linha de pobreza, nem a distribuição do consumo entre eles (os pobres) (INE 2013).
- 2 O Índice do Fosso de Pobreza é o deficit médio de consumo da população em relação à linha de pobreza. Uma vez que quanto maior o deficit, maior o intervalo, esta medida supera a primeira limitação do fosso (INE 2013).
- 3 O Índice de Gravidade de Pobreza é sensível à distribuição do consumo entre os pobres, a transferência de uma pessoa pobre para alguém com mais consumo pode deixar inalterados os dados relativos ao fosso da pobreza, mas vai aumentar esta medida. Quanto maior o fosso de pobreza, maior peso este tem. (INE 2013).

## Luanda



e quintas; escolas e instituições de saúde (a maioria das quais são privadas); uma série de pequenas lojas ou *cantinas*; oficinas de todo o tipo e oficinas artesanais; bem como algumas lojas maiores que acabam por definir as fronteiras do bairro ao longo das estradas principais. Há, também, o contraste das “bolsas” contendo moradias de dois ou três andares, maiores e luxuosas, que abrigam os mais ricos, e casas precárias feitas com blocos de papelão e chapas de zinco, que abrigam os mais pobres. Durante o dia, o bairro está relativamente vazio, o que é uma indicação de que muitas pessoas estão trabalhando ou procurando emprego noutras partes da cidade. A Comissão de Moradores (instituição chave para o desenvolvimento da comunidade), em conjunto com a instituição do bairro, SOS-Habitat, trabalham arduamente para melhorar as condições e a segurança do bairro.

O **Bairro do Paráíso** dá uma primeira impressão diferente. No final dos anos 1990, o bairro era um acampamento para refugiados e soldados desmobilizados originários do Sul, tendo-se tornado numa comunidade com cerca de 120.000 pessoas de várias partes do país. O bairro situa-se numa colina rodeada por áreas húmidas/pântanos e lixeiras, havendo apenas um ponto de entrada para carros, o qual se torna intransponível durante os períodos de fortes chuvas. Há pessoas e tráfego por todo o bairro, com homens e mulheres que transportam e vendem todo o tipo de mercadorias que vão desde compridas barras de ferro até pequenos bolos. As casas são geralmente precárias e sem muros à volta (sinal de pobreza no contexto de Luanda). Identificámos relativamente poucas instituições escolares e de saúde pública e *cantinas*, e as lojas quase não se vêem – até aprendermos que elas estão construídas para serem “invisíveis” a fim de se reduzir o risco de furto e roubo. Talvez a principal característica do Paráíso seja o colapso quase total das instituições do Estado, incluindo escolas e clínicas (substituídas por alternativas privadas), abastecimento de água, eletricidade e policiamento – tornando-o um terreno fértil para os preços excessivos e a corrupção. A segurança individual e imprevisibilidade são os principais desafios e as pessoas geralmente parecem ainda mais pobres e mais necessitadas do que em Wenji Maka II. Aqui, a Comissão de Moradores parece mais preocupada no controlo político da população do bairro do que contribuir para o desenvolvimento da comunidade.

No exercício de grupo de foco designado “Matriz dos Problemas da Comunidade” foi medida a gravidade dos problemas identificados, bem como o número de pessoas da comunidade afetadas: a pobreza, o lixo e a saúde surgiram no topo seguidos pela água, energia e educação, tanto em Wenji Maka II como no Paráíso.

### Perceções e dinâmica da pobreza

Neste projeto, definimos a pobreza como envolvendo i) a falta de emprego e de rendimento necessário para atender às necessidades básicas, ii) uma sensação de impotência e de não ter voz ativa face às instituições da sociedade e do Estado, e iii) vulnerabilidade a choques adversos associados à capacidade de lidar com eles através de relações sociais e instituições legais. As nossas próprias observações e perceções das pessoas expõem a pobreza como uma condição multidimensional.

Nos bairros periurbanos de Luanda, tudo tem um elevado preço e «há dinheiro em circulação, mesmo entre os pobres», como um Padre local referiu. Sem dinheiro, as pessoas simplesmente não poderiam sobreviver porque tudo tem de ser comprado, estando a maior parte das relações sociais “mercantilizadas”, no sentido em que os serviços e os favores geralmente têm que ser pagos.

Quando questionadas para definir o que a “pobreza” significava para eles, os homens e as mulheres dos grupos foco elencaram as condições que afetam as suas vidas e as opções que orientam o que eles designam por “uma vida digna”, num contexto urbano. «Os pobres não têm forno nem colchões, eles não têm televisão nem geladeira – Eles só comem uma vez por dia, eles só comem coelhos, jímboa e caboenha – Eles não conseguem pagar a escola dos seus filhos, e os seus filhos jogam no lixo para encontrar algo para comer – Quando eles ficam doentes eles nem sequer têm dinheiro para comprar paracetamol – As crianças têm roupas rasgadas – Pode-se ver pela aparência pelo aspeto que as pessoas são pobres».

Relativamente às características atribuídas ao rico, o grupo de foco refere: «O rico tem tudo. Nada está faltando!». «Eles comem bem, tem uma bela casa e um carro, geladeira, televisão, ar-condicionado e água da torneira, eles aparentam estar bem e usam maquilhagem – Eles estudam em escolas caras, rezam e têm acesso a clínicas (que é a alternativa privada para os hospitais públicos que não funcionam) – Eles não fazem as suas compras

nos mercados, mas nos supermercados – E eles vão para a praia no fim de semana e de férias durante dias feriados».

As pessoas também reconhecem que existem diferentes tipos de pobreza e bem-estar. Os grupos de foco em Wenji Maca II distinguiram entre os diferentes níveis de pobreza (o “pobre-pobre” ou *katikiamputu* e o “pobre normal” ou *ohukui*) e de riqueza – separando o “Número Um”, que eles nomeiam como Isabel (filha do Presidente José Eduardo dos Santos); os super-ricos ou *riqaço* e os ricos ou *bassongas*. No Paraíso, o vernáculo local para os extremamente pobres é *pulungo* (em Kimbundu) ou *wahepa* (em Nhaneca Humbi) e para os pobres normais *Nga dia ma* e *ochihepi*. As estórias contadas mostram que é difícil passar de uma categoria para outra – a não ser que as pessoas com recursos possam subitamente perder tudo, ou porque “gastam muito dinheiro”, “são roubados” ou “estão enfeitizados”.

Quando questionado sobre quantas pessoas na comunidade /vizinhança imediata pertenciam às categorias referidas, houve acordo tanto em Wenji Maca II, como no bairro do Paraíso, onde referiram que em cada 10 famílias, nove são pobres e um rico – muito longe das estatísticas oficiais de 11,5 por cento – com o Paraíso a fazer uma distinção adicional entre os primeiros nove: o reconhecimento de seis em situação de pobreza extrema e de três como pobres. Wenji Maca II referiu ter reconhecido sete em pobreza extrema e dois como pobres. Isto revela como as percepções de pobreza são relativas: enquanto as pessoas em Wenji Maca II geralmente parecem estar em melhor situação do que as pessoas do bairro do Paraíso, elas são constantemente lembradas da sua condição, vivendo ao lado de bairros muito exuberantes, tais como Talatona. No que diz respeito aos ricos, as pessoas referiram que somente as pessoas da categoria de “ricos normais” vivem em Wenji Maca II e bairro do Paraíso – apontando para “a cidade” como a área de super-ricos.

Avaliando a pobreza nos dois musseques a partir do nível das famílias e indivíduos específicos, um grupo de jovens rapazes no bairro do Paraíso conta-nos que o dinheiro não é o principal problema, mas a escassez de coisas para fazer, exceto trabalhar como biscateiros ou fazer parte de gangues para meninos (os *marginais*), trabalhando como comerciantes de pequena escala (*ambulantes / zungeiras*) ou, no caso das meninas, “jogar com os homens” (um eufemismo para a prostituição ou o casamento infantil). Eles não veem esperança no bairro, nem uma saída.

Em Wenji Maca II, um casal de idosos com seis filhos tinha usado a pensão do exército auferida pelo chefe de família para investir num pequeno restaurante para comer e dançar, para ver tudo desmoronar uma vez que, presentemente, as pessoas já não se podem dar ao luxo de sair – ou, então, quando o fazem, vão aos “estrangeiros” (geralmente oriundos da África Ocidental ou central/sul de Angola), que de acordo com o idoso, “dominam tudo e roubam os meus clientes”.

Ainda em Wenji Maca II, um homem mais velho originalmente do norte, foi despedido do seu emprego nos caminhos de ferro depois de 35 anos, sem remuneração ou pensão e sem dinheiro para ir para casa da sua família no Uíge, como ele desejava poder fazer. Vendendo refrigerantes, biscoitos e doces a partir de uma pequena banca fora de sua casa, diz-nos que aquilo não é trabalho

para um homem, mas o que ele poderia fazer? – referindo que não há outros meios disponíveis.

O Sr. André (49 anos) e a sua esposa chegaram a Luanda, vindos do Bié, como refugiados em 1988 e mudaram-se para o Paraíso em 2000. André é um pedreiro e sempre trabalhou – até “a crise” tornar o trabalho cada vez mais escasso. Ele agora está ocioso a maior parte do tempo. Ele e sua esposa agora dependem do pequeno comércio e do arrendamento de uma segunda casa própria. O pior sobre a vida no Paraíso, eles dizem, é a falta de segurança.

Atrás das barras de proteção da sua pequena loja, um que homem fala português com sotaque francês está aparentemente em melhor situação. Com uma televisão mostrando um pastor na RDC em plena pregação, ele diz-nos que também ele próprio é pastor numa igreja em Cacuaco (do outro lado da cidade). Ele veio para Luanda há 20 anos, e tem quatro filhos e todos eles frequentam escolas particulares. A loja é, de facto, para a sua esposa ter algo para fazer e para as crianças viverem num lugar seguro, pois ele está longe o tempo todo.

### Conclusões

Os pobres dos bairros do Paraíso e Wenji Maca II estão, efetivamente, presos numa armadilha da pobreza devido a deficiências materiais e oportunidades limitadas de rendimento; fragilizados relativamente ao mau funcionamento das instituições da sociedade e do Estado; e vulneráveis em relação aos choques adversos, tais como aumentos súbitos de preços, doenças e crime. Ao mesmo tempo, os mecanismos informais de proteção social baseados nas obrigações da família alargada, a solidariedade da comunidade e de reciprocidade parecem ter-se erodido – isto, em parte, porque as pessoas pobres simplesmente não se podem dar ao luxo de ter dívidas por saldar/pendentes.

Muitos dos nossos interlocutores expressaram frustração e raiva contra o que consideravam ser uma dramática deterioração das suas condições de vida – muitas vezes dirigidas contra “o governo” ou “o partido” –, mas também contra as pessoas da sua comunidade que “não comportam-se bem”. Há, também, um sentido de fatalismo (“só Deus sabe”). Ao mesmo tempo, a riqueza e mobilidade social ascendente são vistas como sendo para as pessoas com educação, emprego e com os contatos certos – e que vivem noutras partes da cidade. Enquanto Luanda oferece oportunidades para quem está em posição de a explorar, a cidade atualmente parece oferecer apenas miséria às pessoas dos bairros pobres.

### Literatura

INE (2003). Renda familiar e Pesquisa de Orçamentos, IDR. Luanda: Instituto Nacional de Estatística.

INE (2013). Inquérito Integrado Sobre o Bem-Estar da População, IBEP. Relatório – Vol. III. Perfil da Pobreza. Luanda: Instituto Nacional de Estatística.

INE (2016). Resultados Definitivos do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola 2014. Luanda: Instituto Nacional de Estatística



CEIC (Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola)

Tel: +244 922 280 541  
+244 916 043 345  
E-mail: [administration@ceic-ucan.org](mailto:administration@ceic-ucan.org)  
[www.ceic-ucan.org](http://www.ceic-ucan.org)

Localização: Avenida Pedro de Castro Van Dúnem Loy 24, Bairro Palanca, Município do Kilamba-Kiaxi, Caixa Postal 2064, Luanda, Angola



CMI (Chr. Michelsen Institute)  
Telephone: +47 47 93 80 00  
Fax: +47 55 31 03 13  
E-mail: [cmi@cmi.no](mailto:cmi@cmi.no)  
[www.cmi.no](http://www.cmi.no)

Caixa Postal 6033,  
N-5892 Bergen, Norway  
Endereço na Noruega:  
Jekteviksbakken 31, Bergen

Editor: Ingvild Hestad  
Designer Gráfico: Kristen B. Hus  
ISSN 0809-6732 (impresso)  
ISSN 0809-6740 (PDF)